

## ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FREIREANA

Marcel Jardim Amaral  
Eduardo Garralaga Melgar Junior  
Vilmar Alves Pereira

*Universidade Federal do Rio Grande - FURG*

[amaral.marcel@yahoo.com](mailto:amaral.marcel@yahoo.com)  
[eduardogmelgar@gmail.com](mailto:eduardogmelgar@gmail.com)  
[vilmar1972@gmail.com](mailto:vilmar1972@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo traça as discussões e debates proporcionados aos discentes em um seminário do curso de mestrado em educação da FURG. Apresenta discussões acerca da atual conjuntura do país, que suscita reflexões sobre os impactos que o (des) governo de Michel Temer tem causado na área da educação, através da proposição de políticas educacionais neoliberais que incentivam uma formação que atenda as lógicas mercantilistas capitalistas. Com o desmonte das conquistas sociais, justificadas pela “crise econômica”, o estado viola direitos de todas as áreas, inclusive a educacional, onde a solução proposta de forma direta e/ou indireta pós o *impeachment* de Dilma Rousseff é o empreendedorismo e a privatização. Realizamos análises do discurso político-ideológico das publicações e entrevistas do governo federal relacionada ao “Programa de Residência Pedagógica na Formação de Professores”.

**Palavras-chave:** Formação de Professores; Escola; Currículo; Educação Popular.

### **Diálogos Iniciais**

No segundo semestre do ano de 2017, participamos do componente curricular “Políticas Educacionais e Novos Reordenamentos na Formação e no Trabalho Docente” ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Na oportunidade os discentes foram provocados ao debate sobre o atual cenário educacional do país onde através da leitura crítica do livro denominado “Políticas de formação de professores nos Estados Unidos: como e por que elas afetam vários países no mundo” de autoria de Kenneth M. Zeichner pode ser proporcionado uma análise da educação bancária.

Ficou evidente que ousar refletir sobre a formação de professores no Brasil tem sido um grande desafio no atual cenário político do país, encharcados pela corrupção que assola o estado brasileiro, emergente de um golpe parlamentar que de maneira abrupta retirou da

presidência da república no ano de 2016, a Sra. Dilma Vana Rousseff. Neste sentido, persevera no poder um projeto de estado não eleito pelo voto popular que por consequência enaltece a discussão sobre a formação de professores que não condiz com o projeto político que foi eleito de forma democrática.

Nesse contexto, recentemente em outubro de 2017 o Ministério da Educação lançou a Política Nacional de Formação de Professores com a denominada “Residência Pedagógica”, justificando que as deficiências da formação docente do país devem-se a partir do “fracasso” das escolas de educação básica em que estão alicerçados na formação docente proposta no ensino superior e na atuação dos professores da rede municipal e estadual. Dada à complexidade que é a discussão sobre a formação de professores como política pública de estado e considerando as concepções que atravessam a compressão de que o estado brasileiro tem da escola, currículo e formação cidadã, surge à necessidade de intensificarmos debates para analisar o entendimento que o atual governo possui da complexa realidade.

A ameaça que se aproxima advém do receio da duvidosa qualidade, onde profissionais sem suposta formação possam vir a assumir as regências de classe, através das chamadas “Residências Pedagógica”, que em primeiro momento, nos parece substituir o professor com formação específica para aquele componente curricular. O presente artigo está diretamente relacionado às discussões em que o autor e coautor vivenciaram na disciplina acima já exposta, bem como de reflexões embasadas com o pensamento freiriano.

### **A “Residência Pedagógica Redentora”**

As discussões e o formato apresentado pelo governo, ainda são superficiais, dada a complexidade da formação docente, bem como o não diálogo com os profissionais de todo o país que hão de ser afetados diretamente com a nova política “redentora”. Para Silva:

nesse projeto, a intervenção na educação com vistas a servir os propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das idéias [sic] que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar o estudante para aceitar os postulados do credo liberal (SILVA, 1994, p. 12)

Nesse interim, ao trabalhar a formação docente a partir da lógica imposta pelo capital, retira da escola “a educação, como prática da liberdade” como “*um ato de*

*conhecimento, uma aproximação crítica da realidade”* (FREIRE, 2014<sup>1</sup>, p. 29). Ou seja; é preciso tomar consciência crítica do programa de formação docente que é proposta pelo MEC, que se impõe a escola e a educação brasileira como política pública. Freire ainda problematiza que:

Até o momento em que os oprimidos não tomam consciência das razões de seu estado de opressão, „aceitam” fatalisticamente a sua exploração... O convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização... (A própria liderança) chegou a este saber... por um ato total de reflexão e ação. Foi a sua inserção lúcida na realidade, na situação histórica, que a levou à crítica desta mesma situação e ao ímpeto de transformá-la. Assim também é necessário que os oprimidos... se insiram criticamente na situação em que se encontram e de que se acham marcados (FREIRE, 2014<sup>2</sup>, p. 71, 74,75).

Partindo desta ideia através da conscientização, precisamos compreender a dimensão destas propostas. Para Neves (2009) *“o reforço às competências e habilidades para o mercado de trabalho, a eficiência e a eficácia via autonomia da escola em que o Estado desenvolve a política do Estado mínimo operando pela descentralização dos recursos, [...] a terceirização e a precarização dos serviços também aumentam”*, nesse sentido, Almeida et. al. (2015) pressupõe que *“na contemporaneidade, destitui-se o absolutismo da verdade técnica como parâmetro, apresentando-se ao lado do Estado e [...] dos agentes definidores de políticas públicas, trazendo ao debate novas lutas sociais, como é o caso do resgate do sujeito e das identidades sociais”*. Relacionando a práxis, evidencia-se então a necessidade de luta e organização dos professores para que uma formação pensada genuinamente a partir do cotidiano e contextos escolares, que atenda as múltiplas demandas sociais e culturais de cada comunidade escolar possa concretizar-se.

### **As “alternativas de imersão” e o PIBID em extinção**

Válido iniciar lembrando que em coletiva a imprensa o então ministro da Educação; Mendonça Filho<sup>1</sup> relatava que a residência pedagógica é o *“caminho que vai facilitar a amplitude do conhecimento prático profissional e a melhora da qualidade do ponto de vista de lecionar dentro da sala de aula”*. Neste sentido, recorreremos a Imbernón (2010, p.47) ao dizer que *“[...] a formação é um elemento de estímulo e de luta pelas melhorias sociais e profissionais e promotora do estabelecimento de novos modelos relacionais na prática da formação e das relações de trabalho”*.

---

<sup>1</sup> Coletiva a Imprensa concedida em, 18 de outubro de 2017, às 12h11.

Ainda na entrevista, o ministro destaca que serão criadas cerca de 80 mil bolsas no programa de residência pedagógica, com um investimento estimado de R\$ 2 bilhões de reais. Não há até o presente momento, um documento norteador que busque apresentar o que de fato o MEC propõe nesta reforma. Vale ressaltar que os profissionais da educação básica e os professores do ensino superior que atuam na formação de professores, deveriam participar efetivamente da elaboração dessas propostas, levando o cotidiano e as múltiplas realidades sociais, econômicas e culturais das escolas em que atuam, do qual não ocorreu de forma significativa. Neste sentido é importante reafirmar a necessidade de discutir com os profissionais da educação básica, com os institutos e as universidades que possuem cursos de formação docente, o impacto das novas medidas anunciadas.

No documento base, disponibilizado no site do MEC, destaca-se:

- Programa de Residência Pedagógica
- ✓ Indução da melhoria da qualidade na formação inicial
  - ✓ Modernização do PIBID
  - ✓ Formação em serviço ao longo da graduação com ingresso após o 2º ano
  - ✓ Adesão de instituições formadoras convênios com redes
  - ✓ Avaliação periódica dos alunos
  - ✓ 80 mil bolsas

Uma das questões chaves na discussão que chamou a atenção das universidades é o item sobre a “modernização do PIBID”, na qual o MEC ainda não especificou como que este processo está sendo pensado, bem como se haverá ou não a substituição e extinção do PIBID pelo Programa de Residência Pedagógica. Nesta conjuntura estas denunciam que há, por parte do MEC, um grande equívoco conceitual em relação ao propósito pedagógico do PIBID.

Para Almeida (2007, p.39) uma das relevâncias que o PIBID possui, trata-se da “[...] possibilidade de valorizar o contexto de trabalho do professor como formativo, levando em conta a dimensão coletiva da aprendizagem”, ou seja, tornando a escola em um dos espaços de formação docente. Conforme a CAPES, o PIBID tem por objetivo:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e

- contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Neste sentido, contrapondo a proposta de “Residência Pedagógica”, o PIBID não se trata da substituição do professor em sala de aula ou é considerado estágio curricular, mas sim auxilia no processo de aproximação da universidade e a escola, propiciando aos futuros professores o conhecimento do cotidiano escolar, realizando diversas intervenções pedagógicas de acordo com o contexto descoberto. Nesse sentido, o PIBID como aponta García (1999, p. 144) aproxima-se “[...] como o conjunto de processos e estratégias que facilitam a reflexão dos professores sobre a sua prática, que contribui para que os professores gerem conhecimento prático, estratégico e sejam capazes de aprender com sua experiência”, onde a partir de então a formação inicial e continuada ocorre em sintonia com o cotidiano escolar.

Fomos percebendo que essas (ZEICHNER, 2013, p. 35) “*alterativas de imersão*”, como é a então proposta de residência pedagógica “*estão intimamente ligadas a uma visão extremamente técnica sobre o papel dos professores e aos esforços para minar a autonomia universitária e dos docentes*”, indo segundo Zeichner “*ao contrário de muitas recomendações internacionais*” que reconhece o magistério “*com atividade complexa que demanda trabalho intelectual que envolve conhecimentos e habilidades especializados*”, tornando os professores em “*tarefairos*”.

Neste processo percebe-se que a intenção é “*desativar e dismantelar as instituições públicas em favor de uma solução baseada na desregulamentação e nas leis de mercado*” (ZEICHNER, 2013, 64), fazendo com que agências oficiais do governo questionem a formação dos professores realizada em âmbito das instituições de ensino superior público. Da mesma forma coloca a responsabilidade do fracasso escolar nestas instituições, sem levar em conta os baixos investimentos nas escolas públicas, com infraestrutura física e pedagógica sucateadas, em áreas de altas vulnerabilidades e complexidades sociais. Neste sentido para o autor existe:

uma forte pressão para “adiar” a formação inicial de professores para depois que eles assumirem plena responsabilidade por uma sala de aula, há um perigo de reduzir papel dos professores ao de técnicos capazes apenas de aplicar um conjunto particular de estratégias de ensino, mas não de desenvolver uma ampla visão profissional (conhecimento profundo de seus alunos e dos contextos culturais em que se situa o seu trabalho) e as habilidades de que precisam para terem êxito nos complexos ambientes educacionais em que trabalham. (ZEICHNER, 2013, 193 APUDE DE BUTTIN, 2005)

Além disso, durante a leitura da obra de Zeichner (2013, p. 109) de forma bem pontual fomos percebendo, o quanto a fala do ministro Mendonça Filho no lançamento do novo programa de formação de professores, está carregada pelo que o autor chama de “*rotas alternativas*”. Haja visto que enaltece-se como modelo slogan de convencimento: “*aprenda enquanto você ganha*” em “*que os licenciandos são plenamente responsáveis por uma sala de aula (geralmente de crianças pobres e de cor), enquanto completam o seu ‘curso aligeirado’*”, além da meritocracia desenfreada e a culpabilização dos sujeitos pela situação em que se encontram.

### **Considerações finais**

Com o término do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência - PIBID proposto pelo atual governo, muitos acadêmicos matriculados em cursos de licenciatura perderão o acesso à práxis, não tendo a possibilidade de realizar uma prática de docência com qualidade. O “congelamento” dos investimentos em educação e a falange de interesses políticos que conduziram o *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff, aparentemente estão diuturnamente avançando com os seus “temerosos” objetivos.

A estratégia e constante insistência de uma educação sem criticidade e projetada aos interesses do mercado de trabalho, cada vez mais ganha mais força e respaldo no que tange a política de formação de professores. Na atual conjuntura, torna-se necessário que a universidade enquanto instituição formadora busque problematizar a nova política de formação de professores para que a educação bancária não venha a ser protagonista do currículo educacional.

### **REFERENCIAS:**

ALMEIDA, P. C. A. e BIAJONE, J. Saberes docentes e formação inicial de professores: implicações e desafios para as propostas de formação. Revista Educação e Pesquisa. Campinas. 33(2):281-295, 2007.

ALMEIDA, M. L. P.; BONETI, L. W.; PACIEVITCH, T. Políticas Educacionais e docência na contemporaneidade: uma análise para além do espaço pedagógico. 1 ed. Curitiba, PR: CRM, 2015.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 36ª edição. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014<sup>1</sup>

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 57ª edição. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014<sup>2</sup>

GARCÍA, M. C. Formação de Professores: para uma mudança educativa. Portugal: Editora Porto. 1999.

IMBERNÓN, F. Formação docente profissional: formar-se para a mudança e incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MEC, Política Nacional de Formação de Professores. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdf&category\\_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 20 jan 2018.

MEC, Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/55921-mec-lanca-politica-nacional-de-formacao-de-professores-com-80-mil-vagas-para-residencia-pedagogica-em-2018>> Acesso em 18 fev 2018.

MEC, Pibid Apresentação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pibid>> Acesso em: 20 jan 2018.

NEVES, P. S. C. Educação e cidadania: questões contemporâneas (org.). São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, T. T. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.